

A AUSÊNCIA DO NOME: PRISÃO E ACONTECIMENTO TRAUMÁTICO

THE ABSCENCE OF THE NAME: PRISON AND TRAUMATIC EVENT

Luciana Vinhas¹

Resumo: Com base na Análise Materialista do Discurso, o presente estudo tem o objetivo de analisar produções textuais escritas produzidas por mulheres em situação de privação de liberdade em presídios do estado do Rio Grande do Sul e publicadas no ano de 2022. Em três textos analisados, observa-se uma regularidade: a ausência da nomeação da prisão como o espaço onde vivem. Para nomeá-la, recorrem ao dêitico *aqui* e a outras construções linguísticas que apagam o referente, resgatável pelo trabalho da memória discursiva em relação com as condições de produção do discurso. A ausência do nome, como “lugar vazio”, permite desenvolver a análise em torno do conceito de acontecimento traumático (CARRENHO, 2021), relacionada aos lugares de enunciação e aos processos de subjetivação (ZOPPI-FONTANA, 2003). A análise aponta para a forma como o enclausuramento produz, no corpo e na língua, o acontecimento traumático, efeito da repressão do Estado penal brasileiro, através do qual podemos compreender que o funcionamento testemunhal trabalha em toda tomada da palavra no ordinário do sentido.

Palavras-chave: Lugar de enunciação. Ordinário do sentido. Acontecimento traumático. Nomeação.

Abstract: Based on the Materialist Discourse Analysis, the present study aims to analyze written textual productions produced by women in situations of deprivation of liberty in Brazilian prisons in the state of Rio Grande do Sul and published in the year of 2022. In three texts analyzed, we observe a regularity: the absence of naming the prison as the space where they live. To name it, they resort to the deictic *here* and to other linguistic constructions that erase the referent, rescued by the work of the discursive memory in relation to the conditions of discourse production. The absence of the name, considered as “empty place”, allows the development of the analysis around the concept of traumatic event (CARRENHO, 2021), related to the places of enunciation and subjectivation processes (ZOPPI-FONTANA, 2003). The analysis points to the way in which confinement produces, in the body and in the language, the traumatic event, an effect of the repression of the Brazilian penal state, through which we can understand that the testimonial functioning works in every taking of the word in the ordinary of the sense.

Keywords: Place of enunciation. Ordinary of the sense. Traumatic event. Nomination.

Introdução

“Campos de concentração para pobres”. Essa é a definição dada por Loïc Wacquant para os presídios brasileiros. Embora compreendamos que a comparação entre as duas espacialidades, as prisões brasileiras e os campos de concentração da shoah, convoque diferentes elementos sociais, históricos e ideológicos (ligados não somente à classe, mas, também, ao gênero, e, principalmente, à raça), a relação estabelecida pelo autor entre os espaços de aprisionamento nos fala mais sobre as prisões brasileiras do que poderíamos esperar. Podemos interpretar, pela perspectiva de Wacquant (2011), que o papel do Estado brasileiro, mesmo em sua configuração democrática atual, é próximo àquele do totalitarismo nacional-socialista ao investir na retirada de pessoas da circulação social através da reclusão em espaços não projetados para a manutenção da vida humana. *Prisões brasileiras* estariam em relação com *campos de concentração*, mas, ao invés de pessoas de origem judaica,

¹ Doutora em Letras. Docente no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e no Programa de Pós-graduação em Letras da UFPel. Projeto de pesquisa "Arquivos da penitência: língua, literatura e testemunho na escrita de cárcere". Universidade Federal do Rio Grande do Sul

estariam neles armazenadas pessoas pobres; como diz o autor, as prisões brasileiras “se parecem mais com *campos de concentração para pobres*, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica – dissuasão, neutralização ou reinserção” (WACQUANT, 2011, p. 13, grifos do autor). O “Estado carcerário” é o gestor desses corpos, que, no funcionamento da instância jurídico-política, ganha autorização para perversamente manipulá-los.

Essa instância jurídico-política, referente ao Aparelho Repressivo de Estado (ALTHUSSER, 2008), é, na abordagem que será aqui desenvolvida, autorizada a produzir, no corpo e na língua, as marcas a contradição constitutiva da superestrutura jurídico-político-ideológica. Tendo como pressuposto que é impossível compreender a subjetividade de modo alheio aos efeitos do corpo, a manipulação do corpo pelo Estado no enclausuramento legitimado juridicamente está relacionado ao acontecimento traumático (CARRENHO, 2021), que, em seu funcionamento discursivo, existe pela contradição, pelo real da história (PÊCHEUX, 2016). É possível observar que, no corpo preso, os efeitos da falta da liberdade e da visibilidade se marcam na palavra: corpo e linguagem estão em vínculo indissociável na forma como o sujeito se subjetiva, e isso é determinante para a relação do sujeito com a ideologia. O acontecimento traumático se relaciona ao imbricamento simbólico entre corpo e linguagem, de onde surge a impossibilidade de inscrição significativa, permitindo-nos a observação da relação entre inconsciente e ideologia.

É sobre essas questões que o presente texto tentará trabalhar. O objetivo aqui é de estudar textos produzidos por mulheres em situação de privação de liberdade: são produções textuais escritas recentes, colocadas em circulação no ano de 2022, as quais serão relacionadas à questão do testemunho pela visada discursiva. Essa proposta, ao ser tomada a partir de um recorte de gênero, traz diferenças e especificidades no que concerne ao laço social produzido em situação de testemunho. Entendemos que o aprisionamento operado pelo Estado em sua forma jurídica branco-burguesa configura-se como evento traumático a partir do qual se organiza uma posição possível para a textualização do sofrimento. Ao sequestrar as mulheres da vida urbana e familiar, o Estado as abandona, mesmo sob sua tutela (estabelecendo-se aí uma contradição), o que promove um duplo abandono, já que as famílias, pelas quais essas mulheres são responsáveis, tampouco conseguem cumprir com a necessidade de sobrevivência daquelas que estão em cárcere.

Assim, é importante dizer que o lugar teórico a partir do qual falamos é a Análise Materialista de Discurso (AD) conforme desenvolvida por Michel Pêcheux e colaboradores na

França, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, trazida para o Brasil e aqui institucionalizada por Eni Orlandi. Cabe referir, então, que nossa posição no campo dos estudos do discurso se alinha à tomada materialista, cujo embasamento se dá pelos trabalhos produzidos por Louis Althusser em sua leitura de Marx. Pêcheux busca em Althusser os fundamentos para a compreensão dos processos de significação por uma tomada de posição distante do logicismo e do sociologismo, tomando a língua como base material para esses processos. Com Orlandi, os estudos sobre o corpo pelo viés discursivo-materialista se instalam no Brasil, sendo que o principal pressuposto daí advindo concerne à compreensão do corpo como materialidade, o que significa que o corpo, assim como a língua, também é forma material que dá concretude a sentidos. Corpo e língua se inserem no campo da significação de diferentes formas relacionados, sendo objeto, portanto, de tensão e contradição na formulação da dupla injunção subjetiva da ideologia e do inconsciente, a injunção que torna a significação possível.

Neste trabalho, seguimos na esteira dos estudos discursivos, trazendo alguns elementos sobre a relação entre lugar de enunciação e processos de subjetivação (ZOPPI-FONTANA, 2003; ZOPPI-FONTANA; FERRARI, 2017), articulada ao testemunho. O texto começa com a apresentação de questões referentes ao processo de encarceramento e, em seguida, sobre o ordinário dos sentidos pela abordagem materialista da AD, que, segundo nosso entendimento, é necessária para compreender os processos discursivos decorrentes da análise da base material e para a relação com os conceitos de funcionamento testemunhal e de acontecimento traumático (CARRENHO, 2021); o acontecimento traumático já é apresentado na seção a seguir, ao passo que o funcionamento testemunhal aparece em articulação com a análise e discussão das produções textuais selecionadas, na penúltima seção do texto. Algo de basilar deve ser apresentado aqui como determinante para a análise que será desenvolvida: trata-se da consideração de que os processos de significação possuem uma base material, mas a base material não contém a significação; somente é possível significar se o texto for relacionado às condições de produção.

Prisão, acontecimento traumático, ordinário do sentido

Considerar os textos produzidos pelas mulheres em situação de privação de liberdade como objetos de análise pelo viés da AD engendra uma reflexão sobre o próprio encarceramento. Para isso, cabe referir brevemente o funcionamento do Estado em instituições que regulam as possibilidades de inscrição dos sujeitos em filiações semânticas

necessariamente referidas a uma posição na luta de classes (sobredeterminada por gênero e raça). Nesse sentido, o direito possui papel indispensável, e, ao invés de mostrar a contradição da dominação, como diz Althusser (2008, p. 10), “o direito não passa, portanto, de um momento desta. Tal é a tese extrema, a da produção do direito por transformação da violência em poder na máquina do Estado, que governa a problemática dos aparelhos ideológicos”. O Estado, em seu funcionamento jurídico, político e ideológico, absorve a violência como parte estruturante na manutenção das contradições que fazem a formação social capitalista funcionar, o que, então, constrói materialmente as prisões como instituições necessárias para a produção de divisões sociais reguladas pelo Direito, sendo que essas instituições estão calcadas na diferença de classe, raça e gênero. Nas palavras de Althusser (2008), “não há direito que não seja mercantil, e, portanto, burguês”, o que indica a forma como o Estado administra corpos em regimes de visibilidade e exclusão através de suas instituições, dentre as quais se encontram as penitenciárias. Para que possa ser efetiva, a ideologia dominante (da classe dominante, conforme o autor), se configura como “forma da universalidade, como se assim ela quisesse alistar do seu lado, formando-os para esse fim, os próprios homens que ela não libertará senão para os explorar” (ALTHUSSER, 2015, p. 194).

Tal movimento de observação da realidade material concreta faz parte do embasamento materialista da teoria do discurso, da qual não se extrai a compreensão das condições de produção como determinante para o processo de produção do sentido. Esse gesto relaciona, portanto, os textos que são escritos por pessoas em situação de privação de liberdade às redes de sobredeterminação necessárias para que os textos sejam significados. O que se produz repressivamente como sentido único e inquestionável, à revelia do complexo de múltiplas determinações que existem e atuam em nossa formação social, ao ser objeto da tomada de posição discursivo-materialista, se observa como forma material da contradição. Isso se justifica porque, por mais repressivo que o Estado seja, a denegação da exploração e da opressão ganha forma através de realidades não previstas pelo funcionamento superestrutural, o que indica que sempre será possível a emergência da resistência à dominação, por excelência manifestada na forma material da língua – e é por isso que aqui precisamos mobilizar a teorização de Pêcheux sobre o ordinário do sentido.

Antes de chegar ao ordinário do sentido, contudo, cabe realizar outro breve retorno a Althusser (2015, p. 192, grifos do autor), quando o autor afirma que “*a ideologia faz organicamente parte, como tal, de toda totalidade social*. Tudo ocorre como se as sociedades humanas não pudessem subsistir sem essas *formações específicas*, esses sistemas de

representações (de nível diverso) que são as ideologias”; sendo que ela se refere “à relação *vivida* dos homens com seu mundo” (ALTHUSSER, 2015, p. 194, grifo do autor). Se só existe sentido porque existe ideologia, é possível afirmar que só existe sentido pelas relações concretas que se estabelecem no laço social, do qual, ao mesmo tempo em que podem reproduzir os sentidos dominantes de uma formação social (como a formação social brasileira, por exemplo), considerando as especificidades de sobredeterminação gênero-raça-classe que nela ocorrem, também podem romper com as redes de dominação e instalar sentidos não previstos pela repressão de Estado manifestada pelo seu aparelhamento jurídico-político. Nesse laço social, tomado no ordinário do sentido e na contradição entre dominação e resistência, também podemos compreender que se instalam acontecimentos que configuram o sofrimento, compreendidos como acontecimentos traumáticos (CARRENHO, 2021).

É nesse sentido que o ordinário do sentido emerge, na teoria pêcheuxtiana, como o discurso que, na maior parte das vezes, é silencioso, referente às “circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido” (PÊCHEUX, 2006, p. 48); trata-se do direcionamento do olhar para o que acontece, como diz Pêcheux, “em baixo”, ou seja, “nos espaços infraestatais que constituem o ordinário das massas, especialmente em período de crise” (PÊCHEUX, 2006, p. 48). Nesses espaços, entendemos ser possível resgatar acontecimentos necessários para a manutenção da dominação, e esses acontecimentos, muitas vezes, vêm amarrados ao trauma, e, no nosso caso, em um funcionamento do trauma ligado ao conjunto das instituições de Estado responsáveis pela repressão e pela posse do corpo – mas que não determinam a identificação. As marcas do Estado no corpo do sujeito (parte da cadeia significativa que constitui a subjetividade) produzem efeitos nos processos de subjetivação. Os efeitos repressivos do Estado, marcados no corpo pela tomada do lugar de privação de liberdade, são constitutivos da forma relação simbólica estabelecida entre ideologia e inconsciente, determinando as significações. A repressão ganha corpo no próprio corpo, e no funcionamento do ordinário, é possível compreender como a relação entre lugar de enunciação² e processo de subjetivação se constitui. Estar em privação de liberdade, com a censura do corpo condenado (ou não) dos espaços de circulação social, não necessariamente corresponde à interpelação agenciada pela forma-sujeito de Direito – e o acontecimento traumático tem papel determinante nesse processo, convidando o sujeito para, nos “lugares

² Entendemos a noção de lugar de enunciação conforme Zoppi-Fontana (2003, p. 275), que a emprega para: “descrever os efeitos da instância enunciativa na relação do dizer com sua circulação na sociedade, especialmente no que tange aos efeitos de legitimação e hegemonia desse dizer no conjunto das práticas discursivas”.

vazios” constitutivos da língua, produzir retorno da infra para a superestrutura, denunciando a perda simbólica projetada superestruturalmente.

Para Pêcheux, o registro do ordinário do sentido não é condizente com um caráter empírico ou psico-biológico dos sujeitos, mas à forma como as relações históricas, sociais e ideológicas se materializam no cotidiano das massas. O que o autor pretende, portanto, é realizar “uma aproximação, teórica e de procedimentos, entre as práticas da “análise da linguagem ordinária” (...) e as práticas de “leitura” de arranjos discursivo-textuais (oriundas de abordagens estruturais)” (PÊCHEUX, 2006, p. 49).

O trabalho com o ordinário do sentido envolve três exigências, detalhadas pelo autor, que englobam a relação entre descrição e interpretação, estrutura e acontecimento, amarradas pelo equívoco. O que não se prevê no processo de produção do sentido (referido à interpelação ideológica) é justamente aquilo que o sustenta. As três exigências explicadas por Pêcheux são aqui brevemente retomadas, compreendendo a importância desse legado para o desenvolvimento da teoria do discurso.

A primeira exigência diz que é necessário descrever as materialidades discursivas reconhecendo que a descrição se instala no real da língua, abordando “o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc...” (PÊCHEUX, 2006, p. 50), compreendendo o caráter estrutural do fato linguístico do equívoco e construindo procedimentos para isso. A aversão ao ordinário do sentido é, segundo Pêcheux (2006, p. 65), “um dos pontos fracos da reflexão althusseriana sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, e [ponto fraco] das primeiras aplicações desta reflexão no domínio da análise de discurso na França”. A transformação das relações de produção não pode ser compreendida somente como um “momento heróico solitário do teórico e do poético (Marx/Mallarmé), como trabalho extraordinário do significante” (PÊCHEUX, 2006, p. 52), como se as classes dominadas não inventassem jamais nada. No ordinário, pelo imprevisível da interpelação ideológica, manifestado na língua, é possível reconhecer a falha como estrutural e compreender que a transformação das relações de produção não tem rosto nem líder, mas é própria da totalidade do funcionamento jurídico-político-ideológico concretizado na língua.

A heterogeneidade como constitutiva do processo de constituição do sentido é trabalhada na segunda exigência de Pêcheux. A descrição está exposta ao equívoco da língua, e é no espaço do equívoco, dos pontos de deriva, que a AD trabalha. Conforme o autor,

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há

essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (PÊCHEUX, 2006, p. 54, grifo do autor).

Relações sociais organizadas em redes de significantes, ou seja, redes de metáfora, sustentadas pelo trabalho da formação discursiva. Mesmo em metáfora há a possibilidade de o sentido se combinar a relações significantes outras, devido à abertura estrutural para o equívoco. Essa abertura indica que o discurso funciona em relação ao *outro* nas sociedades e na história, presentificado, nos enunciados, na “detecção de lugares vazios” como elipses, negações, interrogações, e formas de discurso relatado. O discurso-outro marca “a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (PÊCHEUX, 2006, p. 55). Os enunciados existem e funcionam, portanto, em uma realidade relacional, o que permite afirmar que os efeitos de sentido somente existem na relação que estabelecem com outros sentidos, também possíveis de serem resgatados nos “lugares vazios” dos enunciados. O dito em relação ao não-dito, a língua em relação à história e à ideologia: é assim que o processo de produção dos sentidos é possível, travado na existência material concreta da língua.

Finalmente, a terceira exigência diz respeito à discursividade como estrutura e como acontecimento, que nos convoca a trazer mais uma importante citação do autor:

Todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo (PÊCHEUX, 2006, p. 56).

Interpretações devem ser compreendidas enquanto tomadas de posição, ou seja, “como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2006, p. 57). A identificação que não é bem sucedida plenamente pode ser capturada no ordinário dos sentidos, nos espaços infraestruturais por onde podemos observar o fato estruturante do equívoco no funcionamento do discurso. Aqui, tomamos o entendimento de funcionamento discursivo de Orlandi (2003, p. 61, grifos do autor): trata-se de “*uma atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas*”. Com essa definição, poderemos, então, relacionar ordinário do sentido e funcionamento testemunhal, conforme será trabalhado a seguir.

Funcionamento testemunhal, lugares de enunciação, processos de subjetivação

Vamos tomar esse espaço de emergência do discurso-outro como próprio do ordinário dos sentidos ao analisarmos produções textuais escritas por mulheres em situação de privação de liberdade. As produções textuais selecionadas estão apresentadas no quinto volume do livro “Vozes de um tempo” (COLOVINI et al., 2022), publicado pela SUSEPE-RS com textos de pessoas em situação de privação de liberdade de diferentes presídios do estado do Rio Grande do Sul. Na obra, há textos escritos por mulheres e por homens, mas, para esta análise, selecionamos somente textos escritos por mulheres. Não cabe, para os objetivos de nossa análise, questionar se os textos foram modificados pelos gestores da obra, mas entendemos que houve diferentes intervenções formais na construção dos textos, que podem envolver, principalmente, alterações de ortografia e de pontuação. Outro aspecto importante de ser mencionado é que não há, nos textos de apresentação da obra, explicação sobre o que foi pedido para que as pessoas escrevessem, ou seja, não há menção à pergunta que deu origem aos textos³. Os textos analisados são apresentados em (01), (02) e (03).

(01) Texto 1.

Quando tudo na minha vida mudou

Eu tinha apenas dezoito anos *quando tudo mudou*.

Deixei minha mãe, dei as costas para ela por causa de um homem que me enganou. Eu vim para *esse lugar* e ele me deixou! Eu larguei tudo: família, um homem que realmente me amava. Esse homem que me amava se chama Douglas e eu estava esperando um filho dele. Nós queríamos muito ter uma família; apesar de sermos novos, o nosso sonho era esse. Eu contei a ele que poderia estar grávida e o sorriso que ele deu foi o mais bonito do mundo. Ficamos muito felizes! Mas tive um acidente de moto e acabei perdendo o bebê. *Quando isso aconteceu*, vi que um pouco de mim tinha morrido e acabei fazendo coisas erradas, coisas das quais me arrependo até hoje.

Mas sei que vou sair *daqui*, fazer tudo certo, realizar meu sonho! E reconquistar meu grande amor.

K.D.S.B.

Para a análise, é necessário considerar o testemunho por uma abordagem discursiva, seguindo, principalmente, a teorização de Carrenho (2021), que entende o testemunho como um funcionamento, e, portanto, como estruturante de um discurso. Segundo a autora, o

³ É possível pressupor que foi solicitado às mulheres e aos homens que escrevessem um texto que tratasse da vida no presídio com o vislumbre da liberdade: “A obra “Vozes de um tempo 5” possui como objetivo assegurar às pessoas privadas de liberdade o acesso à literatura como mecanismo de exercício da cidadania, possibilitando reflexões da realidade. É a escrita vislumbrando a liberdade, mesmo que extraída da pedra dura e fria. É dar voz, elevando a mente a outras dimensões para muito além da matéria, deixando o espírito liberto para sonhar outras possibilidades” (MIOTTO, 2022, p. 13).

funcionamento testemunhal, referido a um acontecimento traumático, produz, na materialidade, efeitos que conduzem à interpretação da impossibilidade de significar uma experiência. Nos textos selecionados, vamos trabalhar com a dimensão do acontecimento traumático relacionada ao encarceramento.

Não problematizaremos se os textos apresentados são considerados testemunhos; para esta análise, cabe referir que *eles possuem um funcionamento testemunhal*, e que, em alguma medida, é próprio da significação possuir um *teor* desse funcionamento. Então, com Seligmann-Silva (2010)⁴, talvez seja possível recorrer à noção de “teor testemunhal” para tratar sobre a forma como o dito não é desamarrado de uma relação simbólica singular entre inconsciente e ideologia, que marca os efeitos do Real e, portanto, coloca na língua uma especificidade impossível de ser repetida. Esse impossível está preso pelo significante, por ele limitado, mas produzindo efeitos no simbólico, e isso pode apontar, portanto, para o funcionamento testemunhal como próprio da tomada da palavra, pois há sempre tropeço em pontos do real (MARIANI, 2016). A palavra tenta dar conta do impossível de colocar o corpo na palavra, e, via repetição, conseguimos compreender a forma como o Real produz seus efeitos, através do funcionamento testemunhal.

No texto 1, de K.D.S.B., tomamos o título, *Quando tudo na minha vida mudou* em relação com o primeiro período do texto, que constitui o seu primeiro parágrafo: *Eu tinha apenas dezoito anos quando tudo mudou*. O segundo parágrafo do texto é dedicado a explicar o que mudou na vida da autora. É apresentada uma sequência de fatos referentes à mudança, eixo central que organiza o texto em análise. A autora refere que deixou a mãe; deu as costas para a mãe; foi para *esse lugar*; o homem a deixou; largou tudo, inclusive um homem que a amava; fez coisas erradas depois que perdeu o bebê em um acidente de moto. Todos esses elementos que constituem a narração da mudança giram em torno de algo inominável: o aprisionamento, a prisão. Ao introduzir no texto as orações *quando tudo na minha vida mudou* e *quando tudo mudou*, a autora não faz referência ao encarceramento, mas ele se presentifica no período *Eu vim para esse lugar e ele me deixou!*

Ao longo do texto, o que chama a atenção são as diferentes formas de não se fazer referência à prisão, embora ela esteja produzindo efeitos. O texto se organiza em torno do

⁴ É importante referir que Seligmann-Silva (2010) trabalha sobre o teor testemunhal no âmbito da literatura. Aqui, tomamos de empréstimos esse conceito para elaborarmos, com Carrenho (2021), um funcionamento testemunhal próprio do dizer. Segundo Penteado (2018, p. 103), ao tratar sobre o pensamento de Seligmann-Silva (2010), “se toda obra literária tem seu teor testemunhal, cabe-nos, então, avaliar a gradação desse teor em cada uma delas”. Já que não há literatura sem língua, talvez seja possível dizer que esse teor não é restrito ao texto literário, mas abrange a tomada da palavra na forma de um funcionamento testemunhal.

acontecimento do aprisionamento, que permanece como um “lugar vazio”, não nomeado, mas resgatável através das referências temporais – marcadas pela presença da oração *quando tudo (na minha vida) mudou* – e, também, do sintagma nominal *esse lugar* e do adjunto adverbial *daqui*. *Esse lugar* e *daqui* são resgatáveis, via memória discursiva, como o presídio. A autora, ao invés de dizer *Eu vim para o presídio e ele me deixou!*, ou *Mas sei que vou sair deste presídio*, manifesta, discursivamente, o apagamento do referente, a não nomeação da espacialidade na qual se encontra. Observar a relação entre espaço e tempo no texto, marcadas por ausências, aponta, segundo nosso entendimento, a algo que não pode nem deve ser dito no agenciamento da formação discursiva de identificação. Esse impossível de dizer tem relação com o trabalho do acontecimento traumático em relação com os processos de subjetivação e o lugar de enunciação.

O processo de significação precisa estar relacionado às condições de produção, pois só assim se consegue resgatar o referente de *esse lugar* e, também, o acontecimento traumático, referido a uma tensão entre o aprisionamento e a perda da criança. É essa tensão que não permite a nomeação do acontecimento, sendo censurada a presença de significantes como *presa*, *presídio*, *encarcerada*, *penitenciária*, *prender*. Além disso, cabe referir o período *Mas sei que vou sair daqui, fazer tudo certo, realizar meu sonho!*, presente no último parágrafo do texto. Mais uma vez, insiste a presença da prisão/do aprisionamento pela sua ausência, via dêitico. Tanto em *esse lugar* como em *daqui* temos a referência ao espaço no qual a mulher se encontra, a prisão, sem que, em nenhum momento do texto, seja feita referência ao lugar. A ausência da nomeação funciona, para nós, como aquilo que Pêcheux (2016) falou, conforme trabalhamos anteriormente, por equívoco: “o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc...”. O próprio da língua diz sobre o próprio do sujeito, sobre a impossibilidade de se significar pela falta. Assim que, no presente trabalho, o fato estruturante fala, também, do acontecimento traumático estruturante, sempre presente, impossível de ser retirado do jogo significante que possibilita a produção de sentido.

Ainda, cabe brevemente mencionar a relação entre passado e futuro no corpo do texto, como se a autora disse: “eu existo antes e vou seguir existindo depois desse período de aprisionamento”. Antes, a mulher deixou a mãe, largou tudo, etc.; no futuro, vai sair da prisão, fazer tudo certo e realizar seu sonho. O que existe no presente? Parece que isso remete à revivência do acontecimento traumático, por isso a autora não se coloca no presente. Vamos observar, em comparação com o Texto 2, que esses dois funcionamentos, referidos à ausência

do nome e à relação entre passado e futuro, parecem se configurar como uma regularidade nos textos produzidos pelas mulheres em situação de privação de liberdade.

(02) Texto 2.

Minha vida

Minha vida: eu nasci num lar humilde, com muitas necessidades. Desde cedo aprendi a me virar sozinha. Minha mãe me teve com dezesseis anos, e não sei se pela idade ou pela não aceitação nunca me tratou como eu gostaria de ser tratada. Sempre vi na minha vó a figura de mãe.

Minha vó me ensinou valores, me deu carinho e amor, foi meu porto seguro. Aos sete anos, a notícia: meu pai havia falecido. Lembro como se fosse hoje, meus avós paternos vindo para avisar a família e para minha dor, choro e espanto, minha mãe não me deixou ir ao velório.

Desde essa época nunca mais nos demos bem. Fiquei morando com a minha vó e comecei a trabalhar muito cedo. Logo acabei me casando, um casamento com muitas brigas e xingamentos. E eu, por viver sempre achando que nunca era suficiente para nada, acabava aceitando tudo calada. Foram treze anos de muitas brigas e envolvimento com drogas; apanhei; tive três filhos lindos.

Infelizmente por querer sair do casamento de qualquer jeito acabei me envolvendo com pessoas que traficavam e foi o que me trouxe até *aqui, onde estou hoje*. Mas tudo isso serviu de aprendizado, ensinou a ver a vida com outros olhos. Enxerguei que somos mais que capazes, que com força de vontade ultrapassamos os limites.

Hoje mudei como pessoa; mais que vencedora, Deus me fez única. Tenho três filhos lindos que me incentivam a melhorar e crescer. Vou sair *daqui*, vou me formar, entrar em uma faculdade, me graduar e trabalhar dignamente de cabeça erguida. Tudo isso me serviu de grande aprendizado, de que sou mais que vencedora, pois Deus me fez única e capaz.

M.R.U.A.

A perda do pai, a relação com a mãe e a vó como figura materna chamam a atenção no texto acima. Esses acontecimentos regulam a narrativa sobre a própria vida, sobre as escolhas e tensões que determinaram os rumos da autora, que acaba se casando cedo e tendo três filhos em uma relação abusiva. Em seguida, apresenta o motivo de seu aprisionamento: o envolvimento com o tráfico devido à necessidade de ter condições materiais para deixar o casamento; entende-se que a mulher era dependente financeiramente do companheiro, o que dificultava a nova configuração de vida, sem o marido. Assim, ela diz: *Infelizmente por querer sair do casamento de qualquer jeito acabei me envolvendo com pessoas que traficavam e foi o que me trouxe até aqui, onde estou hoje*. O envolvimento com o tráfico foi o acontecimento que a levou ao presídio; no entanto, não nomeia o presídio. O presídio comparece no texto assim como pudemos observar no Texto 1: *aqui, onde estou hoje; vou sair daqui*. *Aqui, onde estou hoje* e *daqui* funcionam como dêiticos que fazem referência ao

espaço da enunciação – à configuração da cena enunciativa e, por conseguinte, à configuração do lugar de enunciação. A não nomeação comparece, mais uma vez, como a impossibilidade de nomear aquilo que configura o acontecimento traumático e que, também, anuncia o lugar de enunciação, que, pela ausência do nome, comparece pela sua negação, como se a mulher dissesse *Eu estou aqui, mas não pertencço a este lugar; eu não sou presa*.

Podemos compreender que o funcionamento testemunhal, aqui, tem relação com o impossível de aceitar o próprio corpo no espaço do trauma. Como diz Seligmann-Silva (2004), a escrita de cárcere é um grito do corpo; podemos entender que, pelas marcas textuais-discursivas, a escrita de cárcere é um grito do corpo que não quer estar naquele espaço, por isso a impossibilidade da nomeação. Como já dito anteriormente, esse funcionamento nos indica o equívoco como estruturante, cujos efeitos se dão a ver na materialidade da língua em sua opacidade constitutiva, no ordinário do sentido. A retirada do corpo do espaço de liberdade é acontecimento inenarrável, legitimado pelo Estado punitivo. Além da não nomeação, outro aspecto que chama a atenção na configuração do texto, assim como no Texto 1, diz respeito à relação entre passado e futuro. Ela narra o que se passou com ela antes do aprisionamento e, também, o que pretende fazer quando sair do cárcere. A referência à sua vida no presente se dá quando faz referência aos filhos. Somente a maternidade permite o retorno à situação atual: *Tenho três filhos lindos que me incentivam a melhorar e crescer*. A ausência da configuração de sua vida no presente no interior do espaço prisional nos conduz à compreensão de que o presente é negado, porque ele diz respeito à revivência do acontecimento traumático. Só é possível retornar ao presente pela função materna.

O terceiro texto também apresenta um funcionamento na mesma regularidade observada, mas com menção a *cair presa* e a *privada de liberdade*, sem menção à prisão.

(03) Texto 3.

O sofrimento

Eu comecei por curiosidade, mas acabei me deslumbrando com tanto dinheiro, tanto luxo. Como dizem: “O dinheiro que vem fácil, vai fácil”; mas eu não dei ouvidos, só queria festas e drogas. Quando você tem dinheiro e drogas todos viram seus amigos, mas quando você *cai presa* todos aqueles que curtiam com você somem... E, no final, você só tem a sua mãe.

Hoje, *privada da minha liberdade*, eu me pergunto por que eu não dei ouvidos à minha mãe. Se eu a ouvisse, tudo seria diferente. Ah, como eu sinto saudades daquela voz doce e suave falando: “filha, eu te amo, larga essa vida”. Hoje me arrependo de tudo que fiz e espero que um dia eu possa dar muito orgulho para ela. Não vejo a hora *dessa porta* se abrir e

ouvir o guarda dizer: “H., teu alvará tá na casa, pode arrumar tuas coisas”.

Um dia *eu vou sair*, esquecer todo o sofrimento que tô passando e dar lugar à felicidade.

Fica o conselho para quem tá entrando nessa vida: saia enquanto é tempo, nenhum dinheiro paga a liberdade e o sorriso da sua mãe.

Hoje escrevo esse texto com o coração apertado de tanta saudade, uma saudade que machuca, porque por mais forte que você seja, você não consegue conter as lágrimas.

Meus(minhas) amigos(as), mudem de vida enquanto há tempo e ouçam suas mães, elas querem seu bem.

Que a liberdade cante logo, *aqui não é lugar para ninguém*.

H.F.A.

No Texto 3, podemos visualizar algumas marcas importantes sobre a relação entre funcionamento testemunhal e acontecimento traumático: a relação entre passado e futuro permanece, assim como nos dois primeiros textos analisados, mas referindo a situação atual do aprisionamento: *Hoje, privada da minha liberdade, eu me pergunto por que eu não dei ouvidos à minha mãe*. Essa referência, contudo, resgata algo do passado, a faz lembrar dos acontecimentos anteriores ao aprisionamento para narrar o arrependimento do crime. O presente comparece como arrependimento, e, portanto, como revivência do acontecimento traumático.

Além disso, a autora também não nomeia o lugar onde se encontra: *não vejo a hora dessa porta se abrir; Um dia eu vou sair; aqui não é lugar para ninguém*. Em *não vejo a hora dessa porta se abrir*, temos a referência ao presídio via metonímia, ou seja, a porta é a porta do presídio, e, então, poderíamos parafrasear o enunciado como *não vejo a hora de sair do presídio, de a porta do presídio abrir para a minha saída*. No segundo recorte, *Um dia eu vou sair*, o “lugar vazio” comparece pela ausência. Pode-se observar, portanto, que o lugar de onde a autora vai sair não é mencionado, mas é resgatável pelo trabalho da memória discursiva, responsável por restabelecer os implícitos (PÊCHEUX, 2007), em relação com as condições de produção do discurso. Assim, *sair da prisão* não é dito, marcando, portanto, mais uma ausência da nomeação, mais uma tentativa de não encontro com o acontecimento traumático do enclausuramento. A terceira ocorrência desse funcionamento é encontrada em *Que a liberdade cante logo, aqui não é lugar para ninguém*. Mesmo sem ter mencionado a prisão em nenhum momento, o texto é encerrado com essa marca dêitica.

Retomando a análise de Carrenho (2021, p. 48), a autora observa um objeto vazio no enunciado da campanha *Eu vou contar*; segundo sua interpretação, trata-se de uma “marca linguístico-discursiva do esbarrar do sujeito numa suposta falha da memória, na

impossibilidade de encontrar palavras, que é, enfim, o esbarrar no inapreensível do acontecimento, no irreconhecível do trauma”. Relacionando com Felman (2014, p. 116, grifos da autora), podemos referir que

trauma é precisamente o que não pode ser visto; é algo que inerente, política e psicanaliticamente derrota a visão, mesmo quando esta entra em contato com as regras de evidência e com a investigação jurídica do julgamento em busca de visibilidade. Assim, o político está essencialmente ligado à estrutura do trauma. É, portanto, para a estrutura do trauma (e não simplesmente para uma diferente ideologia) que nossos “olhos” deveriam ser precisamente *educados*.

Para a autora, o que não pode ser visto no tribunal, é visto na literatura. Neste trabalho, temos o ordinário do sentido como responsável pela trama da visibilidade que, pela ausência do nome, manifesta a presença da organização simbólica que suporta o acontecimento traumático, que resiste à prisão do corpo.

Entendemos que a falta da nomeação pode ser compreendida como designação dividida:

efeito de clivagem que desestabiliza a referência, quebrando o efeito de evidência que vincula nomes e coisas. (...) As designações divididas fornecem, desta maneira, um observatório privilegiado para a análise dos efeitos da contradição entre posições de sujeito que afetam o sujeito do discurso no acontecimento enunciativo em que se materializa lingüisticamente sua formulação. Elas sinalizam os pontos de ruptura/desestabilização referencial, nos quais a própria identidade do sujeito do discurso (que nomeia/nomeado) oscila, suspendendo os efeitos de evidência do sujeito e do sentido (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 251-252).

É por isso, então, que relacionamos lugar de enunciação a processo de subjetivação, pois a não nomeação da prisão, enquanto designação dividida, recorre ao não reconhecimento do lugar enunciativo de mulher em situação de privação de liberdade como constitutivo da forma como o sujeito se significa. Assim,

determinada posição ou FD também poderia significar um acontecimento como traumático. (...) Parece que para o funcionamento do testemunho nos materiais analisados é necessário que os diferentes sujeitos se identifiquem – retomando os processos de interpelação e reconhecimento enquanto base do estabelecimento do conceito de FD em Pêcheux ([1975] 2014) – com o Sujeito de uma FD para que possam dizer “eu” e, com isso, possam dizer algo sobre o que lhes aparece como traumático também dessa posição (CARRENHO, 2021, p. 42).

Para que isso seja possível, a designação dividida comparece como necessária para que a mulher possa encontrar um sopro de subjetivação no enclausuramento, com o trabalho necessário do acontecimento traumático na elaboração de si mesma como sujeito, e não como objeto do Estado carcerário.

Considerações finais

Para encerrarmos o texto, retomamos Wacquant (2011, p. 9): “A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social que é a *própria causa* da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países”. Conforme foi discutido acima, o aparelhamento ostensivo da instância repressiva do Estado produz, contraditoriamente, o abandono do sujeito. No que concerne às mulheres em situação de privação de liberdade, o abandono é duplo, pois também são deixadas pela família, restando, muitas vezes, somente o amparo das mães, que, metaforicamente, também se aprisionam ao abandono das filhas. Essa reflexão, portanto, nos conduz na tentativa de seguir investigando na relação entre lugar de enunciação e processo de subjetivação, sem a qual não é possível compreender determinados processos sociais, históricos e ideológicos que se manifestam no ordinário do sentido.

Conforme dito anteriormente, na análise discursiva de textos produzidos por mulheres em situação de encarceramento, resgato a necessidade de pensar sobre esses textos a partir da teorização sobre o ordinário, compreendendo, fundamentalmente, que os espaços infraestatais são necessários para o trabalho sobre a configuração as relações de sobredeterminação constitutivas do processo de significação. Os textos analisados nos conduzem na compreensão do encarceramento como acontecimento traumático, sendo a principal marca textual disso a não nomeação do espaço da prisão nos textos das mulheres em situação de privação de liberdade, caracterizando um funcionamento traumático de negação do acontecimento. Isso indica que o funcionamento testemunhal, por estar trabalhando no impossível de ser dito, tem mais a ver com o que não se diz, com o discurso-outro, conforme apresentado por Pêcheux em sua teorização sobre o ordinário do sentido. Não nomear é a forma possível de ser na prisão, de não encontro com o que configura simbolicamente o acontecimento traumático.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.
- AZEVEDO BOCCHI, Aline Fernandes de; TONIATO, Evelyn. *Corpo e subjetivação em testemunhos de sujeitos transexuais*, no prelo.
- CARRENHO, Julia Mendes. *Eu vou contar e outras cenas de testemunhos de mulheres: um estudo discursivo da relação entre arquivo, trauma e língua*. Campinas: Unicamp / Publicações IEL, 2021.

- COLOVINI, Cristian [et al.] (Orgs.) *Vozes de um tempo: relatos e vivências de pessoas privadas de liberdade*. Volume 5. Guaíba: Palavreado, 2022.
- FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Correa. Testemunho: um acontecimento na estrutura. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 48-63, jan./jun. 2016.
- MIOTO, Neli. Leitura e escrita para a liberdade. In: COLOVINI, Cristian [et al.] (Orgs.). *Vozes de um tempo: relatos e vivências de pessoas privadas de liberdade*. Volume 5. Guaíba: Palavreado, 2022, p. 13-14.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel [et al.] Questões iniciais. In: CONEIN, Bernard [et al.] (Orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016, p. 17-19.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.] (Orgs.). *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007, p. 49-57.
- PENTEADO, Gilmar. Estética da *vida no limite*: autenticidade, ponto de vista interno, testemunho e valor literário em *Quarto de despejo* (diário de uma favelada). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista Letras*, São Paulo, 43 (2), p. 29-47, 2004.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “O esplendor das coisas”: o diário como memória do presente na Moscou de Walter Benjamin. *Escritos*, Revista do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 3, p. 161-185, 2010.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela; FERRARI, Ana Josefina. Apresentação: uma análise discursiva das identificações de gênero. In: ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela; FERRARI, Ana Josefina. (Orgs.) *Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia – volume 1*. Campinas: Pontes, 2017, p. 7-19.

Recebido em: 09/06/2023; **Aceito em:** 03/08/2023.